

PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

BALANÇO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

EUROS

Rubricas		PERÍODOS	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	4	741 172,59	774 232,04
Ativos Intangíveis	5	185,62	371,17
Investimentos Financeiros		1 581,58	1 354,19
		742 939,79	775 957,40
Ativo Corrente			
Inventários	6	29 457,99	4 080,22
Créditos a Receber	9	9 489,83	12 582,62
Estados e Outros Entes Públicos	9	252,61	302,27
Outras Contas a Receber	9	52 616,09	53 176,03
Diferimentos		5 852,25	3 099,05
Caixa e Depósitos Bancários		26 635,09	24 762,65
		124 303,86	98 002,84
Total do Ativo		867 243,65	873 960,24
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		456 029,67	456 029,67
Resultados Transitados		46 175,16	83 358,99
Ajustamentos/Outras Variações Fundos Patrimoniais		261 937,24	270 806,18
Resultado Líquido do Período		-4 188,13	-37 183,83
Total dos Fundos Patrimoniais	9.3	759 953,94	773 011,01
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	9	675,20	
Estado e Outros Entes Públicos	9	18 513,37	12 590,32
Outras Contas a Pagar	9	88 056,14	88 358,91
Diferimentos		45,00	
		107 289,71	100 949,23
Total do Passivo		107 289,71	100 949,23
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		867 243,65	873 960,24

A Direção,

Ante Laudoso
Valdemar Costa
Contabilista

[Assinatura]

O Contabilista Certificado,

[Assinatura]

PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	7.1	95 108,93	82 030,35
Subsídios, doações e legados à exploração	8.2	474 639,17	430 678,53
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-29 612,30	-30 719,34
Fornecimentos e serviços externos	7.2	-51 468,81	-41 292,38
Gastos com o pessoal	7.2	-460 311,46	-459 582,93
Outros rendimentos		21 348,62	16 801,83
Outros gastos		-19 719,26	-1 290,15
Resultados antes depreciações, gastos de financiam.e impostos		29 984,89	-3 374,09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-34 173,02	-33 809,74
Resultado operacional (antes de gastos financiam. e impostos)		-4 188,13	-37 183,83
Resultado antes de impostos		-4 188,13	-37 183,83
Resultado líquido do período		-4 188,13	-37 183,83

A Direção,

O Contabilista Certificado,


 Valdeemir Costa
 Ana Cardoso
 Ana Florinda






PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

1

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 DENOMINAÇÃO DA ENTIDADE: PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

1.2 SEDE SOCIAL: Rua Padre Alberto Teixeira de Carvalho, Ariz, Godim, Peso da Régua

1.3 NATUREZA DA ATIVIDADE: A entidade é uma Instituição Particular de Solidariedade Social e tem como objetivo o apoio à infância e juventude nas valências da creche, pré-primária e atividade tempos livres.

2- REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas, face ao enquadramento da entidade no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), com base no Normativo Contabilístico e de Relato Financeiro instituído para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.

2.2 Na elaboração deste documento, evitou-se uma compilação exaustiva das divulgações dos princípios exarados na referida norma. Antes, nela esteve subjacente uma atenta preocupação no sentido de clarificar de forma objetiva as referidas demonstrações, as quais representam de forma fidedigna e estruturada, sem derrogação de quaisquer disposições nela definidas, a posição financeira da entidade evidenciada no Balanço e o desempenho financeiro espelhado na Demonstração dos Resultados por Naturezas.

2.3 Os seus conteúdos são manifestamente comparáveis com os do exercício anterior.

3- POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A) A política ou políticas contabilísticas aplicadas a determinado item decorrem do capítulo da Norma que especificamente trata da transação, acontecimento ou condição. Principais bases de mensuração utilizadas: As demonstrações em análise foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com respeito pelo denominado regime do acréscimo.

B) Outras Políticas Contabilísticas – Ao apresentar as peças contabilísticas, a entidade pretende proporcionar aos seus utilizadores, toda a informação necessária para a sua eventual tomada de decisões. Para isso, preparou-as de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) constantes da estrutura conceptual (EC) num escrupuloso respeito pelos princípios emanados da correspondente Norma (NCRF ESNL), sendo de salientar designadamente: o pressuposto da continuidade, o qual assenta na informação presente disponível e nas expectativas esperadas num futuro próximo relativamente à manutenção e desenvolvimento dos objetivos para que foi criada; o princípio da consistência na aplicação das mesmas políticas contabilísticas em



relação a períodos anteriores; o denominado regime do acréscimo, segundo o qual os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando se evidenciam independentemente da ocorrência dos fluxos de caixa, e por fim, o da materialidade e da agregação que se traduz na apresentação separada das diversas classes de itens atendendo à sua materialidade e semelhança e a ausência de qualquer compensação entre ativos e passivos ou rendimentos ou gastos, procurando-se uma desejável comparabilidade das demonstrações no que respeita à quantificação e conteúdo dos seus itens.

C) Principais pressupostos relativos ao futuro – Não existem circunstâncias anormais que nos levem a pressupor situações que possam, eventualmente, colocar em risco a manutenção da Instituição. A continuidade é um pressuposto que esteve subjacente, aliado ao regime contabilístico do acréscimo, na elaboração das suas demonstrações financeiras.

D) Principais fontes de incerteza das estimativas – Nada a referir.

3.2 ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A políticas contabilísticas foram aplicadas consistentemente de acordo com a Norma (NCRF ESNL) para as transações semelhantes, outros acontecimentos e condições, sem recurso a outras tidas como mais apropriadas.

3.3 ALTERAÇÕES NS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

Muitos itens das demonstrações financeiras não podem ser mensurados com precisão, podendo apenas ser estimados, sendo o caso das depreciações e das provisões. As estimativas envolvem juízos de valor baseados na última informação disponível. No período em análise não foram feitos quaisquer ajustamentos às quantias anteriormente consideradas.

3.4 CORREÇÃO DE ERRO DE PERÍODOS ANTERIORES

À data do Balanço não foram detetados erros que ponham em dúvida as demonstrações financeiras apresentadas em períodos anteriores. Apenas há a salientar ajustamentos referentes à devolução de participações da Segurança Social, cuja notificação só ocorreu em 2018.

4- ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 – DIVULGAÇÕES TIDAS COMO RELEVANTES

A) Critérios de mensuração usados na determinação da quantia escriturada bruta: Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção deduzido das respetivas depreciações acumuladas sem referência, por não existirem, a quaisquer perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Instituição. As meras despesas de manutenção e reparação foram reconhecidas no período como gastos, salvaguardando o princípio da especialização dos exercícios.



B) Métodos de depreciação usados: as depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática de acordo com o método da linha reta. Os terrenos não são depreciáveis.

C) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: A vida útil económica definida pela Instituição relativamente à generalidade dos seus ativos fixos tangíveis provem da aplicação das taxas de depreciação definidas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, por se considerar essa como sendo a avaliação mais segura e objetiva com a situação concreta da entidade.

D) Quantia bruta escriturada e depreciação acumulada no início e fim do exercício

Descrição	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e R. Naturais	24 939,89	0,00	24 939,89	24 939,89	0,00	24 939,89
Edifícios e O. Construções	1 563 528,55	824 432,78	739 095,77	1 563 528,55	856 664,71	706 863,84
Equip. Básico	163 527,73	161 681,94	1 845,79	164 095,85	161 752,96	2 342,89
Equip. Transporte	101 747,34	95 788,79	5 958,55	101 747,34	96 871,69	4 875,65
Equip. Administrativo	28 823,26	27 305,49	1 517,77	29 183,16	27 612,15	1 571,01
Outros Ativos Fixos Tangíveis	10 471,97	9 597,70	874,27	10 471,97	9 892,66	579,31
Total	1 893 038,74	1 118 806,70	774 232,04	1 893 966,76	1 152 794,17	741 172,59

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período com evidência das adições, das alienações, depreciações e outras alterações ocorridas no período

Descrição	Quantia Escriturada Final	Adições	Alienações	Transferências	Depreciações	Quantia Escriturada Final
Terrenos e R. Naturais	24 939,89					24 939,89
Edifícios e O. Construções	739 095,77				32 231,93	706 863,84
Equip. Básico	1 845,79	568,12			71,02	2 342,89
Equip. Transporte	5 958,55				1 082,90	4 875,65
Equip. Administrativo	1 517,77	359,90			306,66	1 571,01
Outros Ativos Fixos Tangíveis	874,27				294,96	579,31
Total	774 232,04	928,02			33 987,47	741 172,59

4.2- Não existem restrições de titularidade em ativos fixos tangíveis, garantias e compromissos.

4.3- Não existem quaisquer itens do ativo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas.

5 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas. O item desta conta tem uma vida útil finita para a qual se estimou uma durabilidade temporal de 3 anos.



[Handwritten signatures and initials]

Descrição	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Programa para computador	556,72	185,55	371,17	556,72	371,10	185,62

6 – INVENTÁRIOS

6.1 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS NA MENSURAÇÃO DOS INVENTÁRIOS, INCLUINDO A FÓRMULA DE CUSTEIO USADA

Os inventários são ao custo de aquisição, o qual inclui todos os custos de compra e outros incorridos para os colocar no local e sua condição atual. Os descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação dos custos de compra.

Relativamente aos inventários recebidos gratuitamente, estes são mensurados ao custo histórico ou ao custo corrente, dos dois os mais baixo. A quantia escriturada desses bens é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo consumo é reconhecido. As saídas de armazém para consumo são valorizadas ao custo específico.

6.3 - QUANTIA ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS EM CLASSIFICAÇÕES APROPRIADAS E QUANTIA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDA COMO UM GASTO DO PERÍODO COMPARATIVAMENTE COM O EXERCÍCIO DE 2020

Movimentos	EXERCÍCIO DE 2021		EXERCÍCIO DE 2020	
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Saldo Inicial	3 936,69	143,53	4 397,47	21,29
Compras		21 038,35		22 854,81
Reclassificação/Regularização	25 698,74	7 647,33		7 482,34
Saldo Final	29 069,90	388,09	3 936,69	143,53
Gastos no Período	565,53	28 441,12	460,78	30 214,91

NO PERÍODO EM ANÁLISE NÃO FORAM EFETUADOS QUAISQUER AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIOS

7 – RENDIMENTOS E GASTOS

7.1 Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento, de acordo com o princípio do regime do acréscimo.

A instituição enquadra-se no artigo 9º nº 7 do C.I.V.A., pelo que o rédito compreende os valores faturados isentos do Imposto sobre o Valor Acrescentado.



PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

5

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS PARA RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito encontra-se mensurado pela quantia da retribuição recebida ou a receber pela Instituição.

As prestações de serviços expressas nas demonstrações englobam na sua generalidade as mensalidades dos utentes e as quotizações dos sócios.

QUANTIA DE CATEGORIA DE RÉDITO RECONHECIDA NO PERÍODO, para além das quotizações dos sócios no valor de 1 430,00

Categoria	Creche	Pré-Primária	A.T.L.	Total
Prestação de Serviços	44 728,63	43 930,04	4 400,26	93 058,93
Vendas	219,85	290,22	109,93	620,00
Total	44 948,48	44 220,26	4 510,19	93 678,93

7.2 – No que toca a gastos é de salientar:

	2021	2020
FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS		
Serviços Especializados	22 433,35	12 355,80
Materiais	2 590,67	2 872,20
Energia e Fluídos	16 378,51	16 862,34
Deslocações e Estadas	43,98	12,71
Serviços Diversos	10 022,30	9 189,33
Total	51 468,81	41 292,38
GASTOS COM O PESSOAL		
Remunerações	381 356,70	381 541,41
Encargos s/remunerações	73 246,01	72 748,27
Seguros de Acidente de Trabalho	4 017,12	3 571,39
Outros Gastos	1 691,53	1 721,86
Total	460 311,36	459 582,93

8 – SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável de que serão recebidos e que a entidade irá cumprir com condições associadas à sua atribuição.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição ou construção de um ativo são reconhecidos inicialmente em Fundos Patrimoniais, na rubrica “Ajustamentos / Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” e registados em resultados, numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo. Enquadra-se neste contexto os subsídios recebidos inerentes ao Projeto nº 015/00/NRT/T1, no âmbito do POEFDS – Eixo 5 – Medida 5.6 referente à ampliação e remodelação do edifício principal e aquisição de equipamento.



Os subsídios que compensam a Instituição por despesas incorridas no exercício são registados na demonstração de resultados no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

8.1 - DESCRIÇÃO DOS SUBSÍDIOS RELACIONADOS COM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS CONSTANTES EM "OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS"

Balço	Saldo em 31/12/2020	Utilização em 2021	Saldo em 31/12/2021
593 – Subsídios			
Remodelação e ampliação das Instalações			
Componente PIDDAC	34 915,79	997,60	33 918,19
Componente FEDER	95 790,74	2 734,76	93 055,98
Componente Pública Nacional	63 315,92	1 808,84	61 507,08
Município do Peso da Régua	40 000,00	2 500,00	37 500,00
594 – Doações	36 783,73	827,74	35 955,99
Total	270 806,18	8 868,94	261 937,94

8.2- DESCRIÇÃO DOS SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO, DESTINADOS A COMPENSAR GASTOS OPERACIONAIS

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO		
751- Subsídios de Entidades Públicas		
Centro Regional Segurança Social		
Creche		176 196,00
Pré-Primária		
Atividades Educativas	93 063,15	
Atividades de Apoio Social	54 130,05	
Compensação Salarial (M.E.)	32 226,72	179 419,92
ATL		15 093,00
Associados à manutenção do trabalho		35 766,36
752- Subsídios de Outras Entidades		28 598,77
Total dos Subsídios		435 074,05
753 - Doações		39 565,12
Total		474 639,17

9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

9.1- BASES DE MENSURAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADAS PARA A CONTABILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Instituição mensura os seus ativos e passivos ao custo, entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos. Deixa de reconhecer um ativo financeiro ou passivo financeiro, ou parte deles, quando, respetivamente os direitos contratuais aos recebimentos se realizam ou quando a obrigação estabelecida no contrato é liquidada.

Quanto aos instrumentos financeiros evidenciados na contabilidade a mensuração utilizada assenta no seu valor nominal.



PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

7

9.2 – NÃO FORAM CONTABILIZADOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR.

9.3 – RECONCILIAÇÃO DA QUANTIA ESCRITURADA NO INÍCIO E NO FIM DO PERÍODO QUE MOSTRE OS AUMENTOS E AS REDUÇÕES DAS DIFERENTES NATUREZAS DE ITENS DE CADA RUBRICA DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Rubricas	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
Fundos Patrimoniais	456 029,67			456 029,67
Resultados Transitados (1)	83 358,99	37 183,83		46 175,16
O. Variações nos Fundos Patrimoniais				
Subsídios (2)	234 022,45	8 041,20		225 981,25
Doações (3)	36 783,73	827,74		35 955,99
Total	810 194,84	46 052,77		764 142,07

(1) Debitado pelo Resultado Líquido de 2020

(2) Debitada por contrapartida de "Outros Rendimentos – Imputação de Subsídios para Investimento" compensando as depreciações efetuadas

(3) Debitada pelos acertos das depreciações de exercícios anteriores e pela depreciação efetuada no próprio exercício.

10 – BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS

10.1 – NÚMERO MÉDIO DOS EMPREGADOS durante o período a que se referem as demonstrações financeiras: 26

10.2 – NÚMERO DE MEMBROS DE ÓRGÃO DIRETIVOS: A Direção é constituída pela Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro, Vogal, pelo Pároco da Paróquia de Godim e 3 suplentes. O Conselho Fiscal é formado pelo Presidente, 2 vogais e uma suplente. A Mesa da Assembleia é constituída pela Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário e 2 suplentes.

No exercício das suas funções, nenhum membro dos órgãos sociais é remunerado.

11 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas numa base de continuidade e não se verificaram acontecimentos, favoráveis ou desfavoráveis, após a data do Balanço. Não se procedeu, desta forma, a quaisquer ajustamentos aos conteúdos relatados, nem ao reconhecimento de itens diferentes aos anteriormente relatados.

12 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A entidade é uma Instituição Particular de Solidariedade Social regida pelas normas impostas pela tutela, cuja divulgação não se impõe no presente contexto como exigível.

13 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

13.1 – No período foram pagos todos os impostos e contribuições devidos à Autoridade Tributária e Segurança Social.



13.2 – Não são conhecidos à data da elaboração do presente anexo quaisquer informações que mereçam relevância nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Direção,

Ante a Direção Permeir Carlos

Valdemar Pinto

Orlando Florentino

Dr. Roberto Severino de Azevedo

O Contabilista Certificado,

[Assinatura]